

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ATA DA 389ª (TRECENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas, em videoconferência, reuniu-se o Conselho de Administração da CBTU, com a presença do Presidente Interino do Colegiado Sr. ANDRÉ MARINHO DE SOUZA FILHO e dos demais Conselheiros: BERNARDO SOUZA BARBOSA; CIRANO LOPES DE OLIVEIRA; CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO; JAIME LEONCIO SINGER; MANOEL RENATO MACHADO FILHO e WELERSON CAVALIERI. Além dos Conselheiros, o Diretor-Presidente da CBTU, JOSE MARQUES DE LIMA; o Chefe de Auditoria, JEFFERSON BARROS FIGUEIREDO; o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais, PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO; a Chefe de Gabinete da Presidência, ANTONIELA PATRÍCIA MARQUES; e o Gerente Geral – Governança, VALMIR SOARES AZEVEDO, secretário, foram convidados a participar da reunião para prestar esclarecimentos e auxiliar o Colegiado. Também estiveram presentes na reunião o Presidente do Comitê de Auditoria, ANTONIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO; o membro do mesmo comitê, FELIPE GABRICH; o Gerente da AED/DEPRO1 do BNDES, ALLAN MESSENIER; o Consultor Sênior da Ernst & Young, DIOGO AZEVEDO; o Assessor da Presidência da CBTU, IRAN TAVARES DE ARAÚJO; a Gerente Geral – Licitação, ADRIANA FONSECA LINS; o Coordenador Técnico – Contratos, PAULO CESAR MORAES JUNIOR; o responsável pela Ouvidoria Geral da CBTU, LEANDRO BARBOSA DOS SANTOS; e os representantes da AIG Seguradora, VINICIUS MERCADO e JORGE SOUZA. Iniciada a reunião para apreciação do assunto constante em pauta, os conselheiros ressaltaram a necessidade de as áreas técnicas da Companhia disponibilizarem os documentos necessários ao exame e deliberação pelo Conselho no prazo estabelecido no Regimento Interno do colegiado. A seguir, deliberaram nestes termos:

1. Atualização BNDES/PPI: andamento dos trabalhos. O sr. Diogo Azevedo, representante da EY, apresentou o andamento das atividades dos últimos 10 (dez) dias relacionadas ao processo de desestatização da CBTU. Relatou-se uma resposta intensa pela CBTU em todas as frentes (Financeira/Contábil, RH/Trabalhista, Atuarial, Jurídica, Socioambiental, Governança), gerando novas necessidades e esclarecimentos pela equipe, após análise do material disponibilizado. Pelo volume de informações requeridas, as frentes Financeira/Contábil são pontos críticos para atenção, apesar de todo material ter sido fornecido pela equipe responsável conforme solicitado. Outro

ponto crítico é a frente Jurídica, em função do volume de processos que a CBTU possui; entretanto, estratégias têm sido traçadas e executadas para atender aos pedidos de informações. Próximas informações relevantes a serem demandadas da CBTU incluem as atividades-fim da Companhia, a operação e a manutenção. O Conselho solicitou a antecipação desse material para a CBTU melhor planejar sua atuação, além do fornecimento de cronograma do processo de desestatização e dos arquivos das apresentações realizadas nesta reunião e na reunião anterior, no dia 19/05/2020, da qual o Colegiado participou, como convidado, com o intuito de tomar conhecimento do escopo do trabalho realizado pelo BNDES na desestatização da CBTU e o seu andamento. O Conselho solicitou que o BNDES apresente, no mínimo mensalmente, a evolução do trabalho e do cronograma para acompanhamento para que possa colaborar com o curso desse processo. O sr. Allan Messentier esclareceu que, para se ter um cronograma fiel, é preciso alinhar com a coordenação do PPI/BNDES previamente, pois depende da contratação do Serviço C. O próximo ponto de controle do trabalho ficou agendado para a reunião do Conselho de Administração, a ser realizada em 19/06/2020.

2. Apresentação: processos licitatórios na CBTU / RILC. Apresentação das regras e condições do RILC; trâmites; competências de diretores, superintendentes, conselho de administração; atribuições de áreas. Foram feitos esclarecimentos. O Conselho sugeriu que a apresentação fosse retomada em reunião próxima, com apresentação estruturada das alçadas, responsabilidades e aprovações, explicitando os tópicos de segurança estabelecidos nas alçadas e controles; além das responsabilidades das partes. O conselheiro Jaime solicitou que constasse da próxima apresentação o número de contratos envolvendo cada alçada; relação dos processos de licitação que estão em preparação para subir à presidência ou CONAD.

3. Relatório de Ouvidoria – 2º semestre de 2019. O responsável pela Ouvidoria na CBTU, LEANDRO BARBOSA DOS SANTOS, apresentou o Relatório de Ouvidoria para o segundo semestre de 2019. A apresentação versou sobre os trâmites internos e externos das manifestações e seus tempos de resposta, além do quantitativo geral de manifestações durante o ano de 2019. Também foi apresentado o quantitativo de manifestações por Unidade Administrativa e por tipo. Finalmente, o representante mostrou os resultados da pesquisa de satisfação e exemplificou casos de atuação interna da Ouvidoria. Para melhoria dos processos e da atuação da Ouvidoria, o Conselho destacou que essa instância, como ferramenta de gestão e de governança, não deve ser apenas instrumento de repasse de manifestações, mas empreender análise crítica e proatividade,

além de ser integrador das demais ouvidorias da Companhia. Nessa toada, a Ouvidoria deve ser capaz de relativizar manifestações; esmiuçar números e manifestações para se chegar às causas-raiz; construir históricos, indicadores, métricas e metas; relativizar o tempo de resposta das manifestações; entre outras ações. Sugeriu-se que se aperfeiçoe a linguagem utilizada nas respostas às manifestações, além da criação de normativo que regule o funcionamento da Ouvidoria, explicitando, inclusive, a possibilidade de se denunciar crime às autoridades externas competentes, como Polícia, Ministério Público, entre outros. No caso de denúncias levadas às autoridades externas, foi solicitado seja dado o conhecimento ao Ministério Supervisor. O colegiado apontou a necessidade de se estabelecer pontos de controle em menor periodicidade, não limitados às análises dos relatórios semestrais. Perguntado sobre a ocorrência, denúncia de crime ou ato de corrupção ingressante nos canais de ouvidoria, o Diretor-Presidente esclareceu não ter havido nenhum até a presente data.

4. Processo de contratação de seguro D&O. Os representantes da AIG Seguros apresentaram detalhes a respeito do seguro D&O comercializado, passando pelos seguintes temas: riscos para os administradores, a importância do seguro, pessoas físicas amparadas pelo seguro, características do produto; observações importantes; cobertura básica; abrangência da cobertura; tipos de indenização; exclusões da apólice de seguros; e coberturas exclusivas da empresa. Os conselheiros esclareceram suas dúvidas e agradeceram a participação dos representantes, que deixaram a reunião. O colegiado deliberou pela realização de cotações cujas diretrizes são: a) a abrangência de segurados, isto é, Conselho de Administração e Diretoria Executiva, órgãos estatutários, Superintendentes e gerentes; b) limites de cobertura de 30, 50 e 100 milhões, podendo a seguradora indicar o limite que entender adequado; c) cobertura retroativa e não retroativa; e d) contratação de cobertura suplementar no primeiro ano.

5. Programa de Integridade: proposta de construção. Item posposto para reunião futura, levando-se em consideração o trabalho que o MDR vem realizando em conjunto com seus órgãos e empresas coligadas/controladas no sentido de auxiliar na construção ou melhoria de programas e planos de integridade.

6. Metas da Diretoria 2019 – Análise de atingimento. Item posposto para uma próxima reunião.

7. Metas da Diretoria – 1º trimestre de 2020. Item posposto para reunião futura

8. Alteração do valor do contrato nº 007-2019/DA – Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio SA e Prorrogação do contrato nº 07-2019/DA – Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio SA. Considerando a insuficiência da documentação e a falta de clareza dos números apresentados para a tomada de decisão, o Conselho decidiu por deliberar sobre o assunto em reunião extraordinária após a apresentação de documentação suplementar pela Diretoria Executiva, esclarecendo, sobretudo, o número de beneficiários da verba alimentar. Nessa esteira, devem ser apresentados a vantajosidade envolvida, nota técnica, pareceres jurídicos, aprovação unânime pela Diretoria Executiva, valores detalhados, entre outros.

9. Relatórios de Auditoria Interna nº 8 a 11 – Acompanhamento. Item posposto para a próxima reunião.

10. Desempenho operacional 2019, 1º trimestre de 2020 e Pré-proposta orçamentária 2021. Item posposto para próxima reunião.

11. Convalidação da Resolução RDP 009-2020 (Reequilíbrio dos contratos dos concessionários). Item posposto para a próxima reunião.

12. Parecer jurídico acerca de contratos que precisam ir ao ME. Item posposto para reunião futura.

13. Plano de fechamento das estações do Recife: status. Item posposto para reunião futura.

14. Pandemia do covid-19 – impactos nas operações da CBTU. Item posposto para reunião futura.

15. Acordo com a REFER – prévia. O Diretor de Planejamento e Relações Institucionais apresentou um histórico do processo, além dos pontos do acordo em si, firmado em dezembro de 2016 e válido até janeiro de 2021, com anuência da AGU, e um resumo das condições e as solicitações da CBTU. Pontos importantes e serem considerados são a definição da origem dos recursos orçamentários para o acordo e a importância do equacionamento desse passivo para a gestão da CBTU, de forma geral, e para o processo de desestatização. Os Conselheiros dirimiram suas dúvidas a respeito dos impactos orçamentários e passaram ao próximo item da pauta,

destacando a necessidade de submissão prévia do acordo ao CPPI, na forma do art. 47, II, do Decreto n. 2.594/1998.

16. Posse da Conselheira Andrea Leonel. Com fulcro na ata da Assembleia Extraordinária da CBTU, de 15 de maio de 2020, que elegeu novos membros do Conselho de Administração, e no artigo 56 do Estatuto Social da Companhia, tomou posse como membro independente do Colegiado, indicada pelo Ministério da Economia, a sra. ANDRÉA MARIA RAMOS LEONEL, [INFORMAÇÃO SIGILOSA] em substituição e em complementação à gestão de ANDRÉ MARINHO DE SOUZA FILHO, com prazo de gestão unificado que se encerrará em 10 de abril de 2021. Tendo sido empossada, os demais conselheiros deram as boas-vindas à conselheira.

17. Eleição do Presidente do Colegiado. Aberta sessão para eleição do novo presidente do Conselho, o Presidente Interino solicitou a apresentação dos candidatos à posição. Tendo sido o conselheiro BERNARDO SOUZA BARBOSA o único a se apresentar, os demais votaram pela sua eleição como presidente do colegiado e desejaram-lhe boa gestão.

18. Planejamento Estratégico 2015-2019 – Relatório final. Item posposto para reunião futura.

Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Interino do Conselho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Valmir Soares Azevedo, secretário.

BERNARDO SOUZA BARBOSA
Presidente

ANDREA MARIA RAMOS LEONEL
Conselheira

CIRANO LOPES DE OLIVEIRA
Conselheiro

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

JAIME LEONCIO SINGER

Conselheiro

MANOEL RENATO MACHADO FILHO

Conselheiro

WELERSON CAVALIERI

Conselheiro

VALMIR SOARES AZEVEDO

Secretário